

Romance histórico contemporâneo de mediação e a nova história: revisitações ao passado que promovem a decolonialidade

Contemporary historical novel of mediation and the new history: revisiting the past that promotes decoloniality

Fernanda Sacomori Candido Pedro¹
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel, Paraná, Brasil
Universidade de Vigo
Vigo, Galícia, Espanha

Gilmei Francisco Fleck²
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel, Paraná, Brasil

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar a leitura da narrativa híbrida de história e ficção juvenil *A descoberta do Novo Mundo* (2013) de Mary Del Priore, a qual se aproxima da vertente historiográfica da Nova História, Sharpe (1992), em especial por privilegiar a narração dos fatos pela ótica de personagens que sempre estiveram à margem no discurso tradicional. Também por sua vinculação aos preceitos do Romance Histórico Contemporâneo de Mediação, apresentados por Fleck (2017), os quais são críticos em relação aos registros oficiais. As narrativas que conjugam tais qualidades, ao serem utilizadas na formação de leitores na escola, configuram-se em ações decoloniais, alinhadas aos estudos propostos por Quijano (1988), Mignolo (2017) e Grosfoguel (2006) da teoria decolonial, tendo em vista que apresentam novos olhares sobre os eventos históricos aludidos, os quais promovem a elucidação sobre o passado de subjugação aos ditames colonialistas, passo necessário à descolonização das mentes, do imaginário e das identidades na América Latina.

Palavras chaves: Romance Histórico Contemporâneo de Mediação. Nova História. Narrativas Híbridas de história e ficção juvenil. Decolonialidade.

Abstract: The aim of this article is to present a reading of Mary Del Priore's hybrid narrative of history and juvenile fiction *The Discovery of the New World* (2013), which is close to the historiographical strand of the New History, Sharpe (1992), especially for favoring the narration of facts from the perspective of characters who have always been on the margins of traditional discourse. It is also linked to the precepts of the Contemporary Historical Novel of Mediation, presented by Fleck (2017), which are critical of official records. Narratives that combine these qualities, when used in the training of readers at school, become decolonial actions, in line with the studies proposed by Quijano (1988), Mignolo (2017) and Grosfoguel (2006) of decolonial theory, since they present new perspectives on the historical events mentioned, which promote the

¹ É Mestre em Letras pelo Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), da Universidade do Oeste do Paraná. Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Cascavel-Paraná-Brasil e Universidade de Vigo – UVigo – Vigo-Galícia-Espanha. É professora do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Cascavel -Paraná e, também, na Secretaria de Educação do Estado do Paraná. E-mail: fernandasacomori@hotmail.com.

² Possui Pós-doutorado em Literatura Comparada e Tradução, pela Universidade de Vigo-UVigo-Espanha, com Bolsa da CAPES; Mestrado e Doutorado em Letras, pela Universidade Estadual Paulista -UNESP/ Assis. Atualmente, é Professor da Unioeste, campus de Cascavel-PR. E-mail: chicofleck@gmail.com.

elucidation of the past of subjugation to colonialist dictates, a necessary step in the decolonization of minds, the imaginary and identities in Latin America.

Keywords: Contemporary Historical Novel of Mediation. New History. Hybrid Narratives of History and Juvenile Fiction. Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da história como ciência, no século XIX, a preocupação dos historiadores foi relatar os eventos históricos protagonizados pelos grandes homens, reis e estadistas, políticos e militares, bispos e papas, evidenciando, com isso, a versão vivenciada por essas personagens e a sua visão sobre os fatos. Conforme nos esclarece Sharpe (1992, p. 40),

[...] tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezenove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite.

Nesse período, em que a história esteve voltada aos “grandes” homens e seus feitos, os romancistas, segundo nos esclarece Menton (1993, p. 43) “*escogían como protagonistas a los ciudadanos comunes, los que no tenían historia*”³. Essa informação confirma-se ao observarmos os romances históricos da modalidade clássica scottiana que utilizava como protagonistas os “heróis médios”, as pessoas comuns da classe subalterna, embora essas ainda figuravam agindo alinhadas com a ideologia e o interesse das elites. Essa forma de narração, mais atenta aos aspectos da vida cotidiana, segundo o espanhol García Gual (2002), foi bastante aceita pelo público e incentivou mudanças nos rumos da ciência historiográfica, uma vez que

[...] *también la nueva historiografía ha advertido la necesidad de flexibilizar sus relatos y aprovechar los testimonios más diversos para construir una narración más atenta a aspectos de la vida cotidiana, la vida privada, o el mundo marginal, a los que ya antes, y a su manera más frívola, había prestado su atención la novela*⁴ (García Gual, 2002, p. 25).

O descontentamento de muitos historiadores com essa narração voltada para as elites foi apresentado por Bertold Brecht, em 1936, com a publicação do poema “Perguntas de um operário que lê”⁵. No poema, o poeta alerta os historiadores para o fato

³ Nossa tradução: [...] escolhiam como protagonistas cidadãos comuns, aqueles que não tinham história (Menton, 1993, p. 43).

⁴ Nossa tradução: [...] a nova historiografia também percebeu a necessidade de flexibilizar seus relatos e aproveitar os mais diversos testemunhos para construir uma narrativa mais atenta aos aspectos do cotidiano, da vida privada ou do mundo marginal, do que já antes, e em sua forma mais frívola, o romance prestou sua atenção (García Gual, 2002, p. 25).

⁵ Destacamos, aqui, alguns significativos versos desse poema: Quem construiu Tebas, a das sete portas?/ Nos livros vem o nome dos reis,/ Mas foram os reis que transportaram as pedras?/ Babilônia, tantas vezes destruída,/ Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas/ Da Lima Dourada moravam seus obreiros?

de que os mandatários não construíram sozinho os eventos narrados pela historiografia. No entanto, ações em busca de uma perspectiva alternativa, a qual introduziu um novo conceito que entrou para a linguagem dos historiadores “a história vista de baixo”, passou a ganhar forma somente a partir da publicação do artigo de Edward Thompson, em 1966, “*The History from Below*”⁶. A partir dessas discussões,

[...] essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa, e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (Sharpe, 1992, p. 41).

Esse novo ponto de vista apresentado, oposto ao anterior, buscava resgatar o modo de vida e as experiências vividas pelos povos no passado e, com isso, novas possibilidades de compreensão da história são reveladas, as quais não podem ser encontradas apenas analisando os documentos produzidos pelo poder hegemônico. Assim, iniciou-se uma ampla revisão no método, nas fontes e nos procedimentos escriturais da própria ciência histórica já no final da segunda década do século XX. Tais transformações buscam aproximar o fazer do historiador à nova realidade que hoje nos revela o poder da palavra e da linguagem na construção de discursos e de como essa ferramenta – a linguagem – foi, e continua sendo, manipulada para a geração de discursos autoritários e com teor de veracidade.

Nesse sentido, a utilização de novas fontes para a escrita da história, instituído pelos historiadores da corrente da nova história, deram suporte para a concretização do intento de examinar novos materiais como diários, memórias, manifestos políticos e ainda fontes que, segundo Sharpe (1992), não estavam sendo deliberadamente escritas com a finalidade de servir para a posteridade, porém foram importantes para compreender o modo como viviam essas populações. Ampliou-se, assim, o universo das fontes e dos referenciais do historiador e, conseqüentemente, o olhar sobre o passado desde a ótica da história.

Essa nova vertente historiográfica “vista de baixo”, de acordo com Sharpe (1992), causou, comparativamente, pouco impacto na história da corrente principal e pouco alterou as perspectivas desses historiadores tradicionais, que ainda se valem de afirmações como essas, presente em compêndios tradicionais de ensino da história na Grã-Bretanha, para defender seu ponto de vista. “A travessia de César daquele pequeno riacho, o Rubicão, é um fato histórico, enquanto a travessia do Rubicão por milhares de pessoas, antes ou depois dele não interessa absolutamente a ninguém” (Sharpe, 1992, p. 61).

[...]/ [...] César venceu os gauleses./ Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?/ Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha/ Chorou. E ninguém mais?/ Tantas histórias/ Quantas perguntas.

Disponível em: <https://tainacan.eci.ufmg.br/cidadepalimpsestica/perguntas-de-um-operario-que-le/>
Acesso em: 08 mar. 2023.

⁶ Nossa tradução: A história de baixo

Todavia os diversos campos historiográficos que hoje fazem parte da nova história ampliaram seus escopos para além desses limites, introduzindo estudos da micro-história, história das mentalidades, história das mulheres entre outros ramos da historiografia hodierna que estão se consolidando e devem ser explorados e estarem acessíveis, também, ao estudante em formação desde o Ensino Fundamental. Esse conhecimento deve ser disponibilizado na escola no intuito de que esses sujeitos-aprendizes, leitores em formação, comecem a ter consciência de sua condição, até hoje, de subjugados por uma história que não os reconhece como sujeitos do processo histórico.

Acompanhar, assim, a trajetória das escritas híbridas de história e ficção na literatura é, pois, uma alternativa frente a rigidez da história tradicional. Não estamos, com isso, afirmando que a literatura pode ensinar a história, mas, sim, que a arte literária, com seu potencial polissêmico artístico e humanizador, pode ampliar a visão de mundo do estudante, com uma apropriada formação leitora, levando-o a questionar a respeito da forma como o conteúdo e o passado é apresentado nesse material que chega até ele como via de informação e formação. Nesse sentido, estamos em pleno acordo com Milton (1992, p. 183), quando expressa que

[...] o romance histórico não compete com a história na apreensão dos acontecimentos. [...]. O romance, portanto, não invade as dependências alheias. Antes, apresenta-se muitas vezes como um especial colaborador que, ao conferir dimensão simbólica à história, enseja novas formas de reflexão, outras verdades, inesperadas iluminações. Por outro lado, ele também vai de encontro às inquietudes e indagações, recobrando as excelências do passado e projetando dali os seus sentidos.

Desse modo, o romance histórico contemporâneo de mediação, modalidade de escrita híbrida que se encontra em maior quantidade atualmente no escopo de produções do gênero, apresentada por Fleck (2017), pretende incluir a perspectiva daqueles que ficaram no anonimato e lhes conceder um espaço de fala. Vemos a sua discursividade em amplo diálogo com as correntes da nova história, em especial com a “história visita de baixo” (Sharpe, 1992). Essa tendência tem ganhado força também na área dos estudos historiográficos no Brasil, como podemos notar na enunciação da tese do professor Tairon Villi (2023), na qual se propõe um olhar da historiografia para a literatura como “colaboradora” potencial em certas situacionalidades de recuperação do passado. Conforme expressa o autor,

[...] a literatura ficcional, com a sua capacidade maior de simbolizar do que a da historiografia, oferece uma abordagem potencialmente mais contundente de penetrar no pavimento das sensibilidades, sobretudo em relação à necessidade de narração acerca dos eventos e períodos traumáticos. E é justamente nesse aspecto que a literatura se apresenta como uma importante aliada e ferramenta heurística para a história, pois esta – há anos – discute as formas de narrar o trauma sem chegar a resultados muito satisfatórios (Villi, 2023, p. 8).

São essas potencialidades da literatura que se tornam as “especiais colaboradoras” às iluminações do passado pela ficção. Essas possibilidades são amplamente exploradas nas escritas híbridas, em especial quando sua enunciação se dá pelas vozes marginalizadas nos registros oficializados considerados fontes primárias para a história tradicional. A modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, sem ser desconstrucionista em termos de linguagem, estrutura e discurso, mas, sim, crítico frente a univocidade da historiografia hegemônica tradicional, penetra, pois, profundamente nesse “pavimento das sensibilidades” apontado por Villi (2023).

Fleck (2017) elenca seis características do romance histórico contemporâneo de mediação, as quais nem sempre aparecem em sua totalidade em uma obra. A primeira característica evidencia uma releitura crítica verossímil do passado. Essa, segundo Fleck (2017), constitui-se em uma releitura crítica do passado, ou seja, não segue o padrão canônico europeu das modalidades clássica e tradicional do romance histórico voltado à exaltação dos heróis do passado. No entanto, essa releitura mantém o intuito da construção da verossimilhança – aproximação da ficção com uma suposta realidade. Ainda, nesse delineamento, o autor frisa a construção da ressignificação dos eventos históricos, trazendo elementos novos como, por exemplo, a voz enunciativa de personagens periféricas, secundárias, ou seja, aqueles que não eram constituídos como sujeitos legitimados para enunciar um determinado acontecimento histórico.

A segunda característica é a predominância da construção de um relato linear do evento histórico recriado. Fleck (2017) assinala que o romance histórico de mediação relata, de forma cronológica, os eventos históricos, mas sem deixar de manipular a temporalidade diegética, por exemplo, com avanços e retomadas no próprio percurso histórico das ações recontadas. No entanto, essas analepses e prolepses não propiciam grandes mudanças na linearidade da narrativa e, por isso, não dificultam a compreensão da diegese a um sujeito ainda em processo inicial de formação leitora.

A terceira característica aponta que o foco narrativo é, geralmente, centralizado, fixado em uma perspectiva marginalizada. Essa característica, no romance histórico contemporâneo de mediação, busca evidenciar as vozes sociais que foram silenciadas, suprimidas e apagadas no processo histórico oficializado. Vale pontuar que nessa modalidade não se busca, prioritariamente, desmistificar ou desconstruir a imagem dos heróis já legitimados na historiografia, mas, sim, possibilitar que novas vozes sociais (de mulheres, de indígenas, de negros, de crianças, de párias, de degradados, entre outros) ecoem e ressignifiquem o passado.

A quarta característica é o emprego de uma linguagem amena, fluída e coloquial. De acordo com Fleck (2017, p. 110-111), “o romance histórico contemporâneo de mediação prima por uma linguagem simples e de uso cotidiano, em contraposição ao barroquismo e ao experimentalismo dos novos romances históricos e das metaficcões historiográficas”. Desse modo, essa modalidade de romance histórico possibilita uma maior aproximação entre o texto e seu leitor hodierno. Observa-se, também, a adaptação da linguagem histórica para uma linguagem mais contemporânea, sempre com foco na facilitação da interação entre a obra e o leitor.

A quinta característica é o emprego de estratégias escriturais bakhtinianas. Essa é uma característica em que se observa a presença da dialogia – uma vez que o discurso oficial dialoga com o discurso periférico –, a polifonia e a heteroglossia, ao apresentar as diversas vozes que constituem as nações, de acordo com suas particularidades e, também, da paródia, mas essa última de forma moderada, diferenciando-se das produções desconstrucionistas que a usam com muita intensidade como, por exemplo, a metaficção historiográfica. Além disso, a intertextualidade é bastante recorrente nessa modalidade do romance histórico.

Por fim, a sexta característica, destaca a presença de esparsos recursos metanarrativos e metaficcionais. Segundo Fleck (2017, p. 111), “a utilização de recursos metanarrativos, ou comentários do narrador sobre o processo de produção da obra, dá-se [na modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação] sem que estes se constituam no sentido global do texto”. Isso pode ocorrer por meio da presença de um diálogo entre a voz enunciativa do discurso e seu narratário sobre o processo de produção do texto, por questionamentos da voz narrativa sobre as opções feitas na elaboração do relato expressos na diegese ou por sutis enunciados do narrador em meio ao processo enunciativo sobre a discursividade elaborada no relato.

Muitas obras dessa modalidade, pertencentes ao grupo de produções críticas aos registros históricos tradicionais eurocêntricos, sobretudo as que abordam temáticas relacionadas ao período da colonização, a partir do viés do colonizado, apresentam-se como ações decoloniais, empreendidas pelos autores latino-americanos, no intuito de conscientizar seus leitores sobre o poder instituído pela matriz colonial de poder (Quijano, 1988), que dominou e expropriou o povo nativo de suas terras, extraiu suas riquezas e produziu as consequências desses atos que notamos vigentes até os dias de hoje.

Essas ações são relevantes, haja vista que, conforme nos esclarece Quijano (1988), a falta de consciência sobre esses mecanismos da colonialidade de poder, que tenta ocultar o lugar do sujeito que enuncia, a fim de criar a sensação de um conhecimento universal, único e superior aos demais, faz com que grande parte dos sujeitos que vivem nos países colonizados acreditem que estão independentes dessa matriz de poder, uma vez que seus países não estão mais sendo administrados pelas metrópoles. No entanto, “*los Estados-nação periféricos y las personas no europeas viven hoy bajo el régimen de la “colonialidad global” impuesto por los Estados Unidos por medio del Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM), el Pentágono y la OTAN*”⁷ (Grosfoguel, 2006, p. 29).

Esse pensamento colonizado criou, no século XX, a noção de que a eliminação das administrações coloniais equivaleria à descolonização do mundo. Todavia, “*los no europeos siguen viviendo bajo la cruda explotación y dominación europea/euroamericana*”⁸ (Grosfoguel, 2006, p. 28), ou seja, continuamos vivendo sobre hierarquias coloniais e raciais. Desse modo, necessitamos tomar consciência sobre esse fato e alargar nossa visão sobre as relações

⁷ Nossa tradução: Os Estados-nação periféricos e as pessoas não europeias vivem, atualmente, sob o regime da “colonialidade global”, imposta pelos Estados Unidos através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN (Grosfoguel, 2006, p. 29).

⁸ Nossa tradução: [...] os não-europeus continuam a viver sob a crua exploração e dominação europeia/euro-americana (Grosfoguel, 2006, p. 28).

coloniais para vislumbramos, no futuro, que a descolonização – iniciada com a independência administrativa – concretize-se na prática pelas transformações sociais ainda em pauta. No Brasil, uma dessas premissas é, sem dúvidas, a formação de leitores literários decoloniais.

O leitor literário, na nossa concepção, é “aquele que lê textos literários, isto é, que passa pela experiência estética e social proporcionada pela leitura de obras literárias” (Fleck, 2023, p. 23). É um leitor que foi cativado pela experiência estética e fruidora dessas leituras voltadas à linguagem artística e, diante do texto ficcional, de natureza aberta, é estimulado, pelo necessário processo de mediação leitora, a exercer o seu papel de coautor ao dar significado ao que o texto lhe oferece a partir de suas vivências. Já o leitor decolonial

[...] é o que se desprende da lógica colonialista e vislumbra outros mundos possíveis, pois ele reconhece sua(s) identidade(s) e se rebela contra o lugar a que sempre foi confinado pelos detentores do poder colonialista e acaba por descolonizar seu pensamento, isto é, pensar em uma lógica outra que aquilo que foi estabelecido como cânones de pensamento (Fleck, 2023, p. 23)

Nesse intuito, Mignolo (2000), argumenta a respeito da ideia de um “*pensamiento fronterizo crítico*”, que representa uma outra opção, a fim de se desprender do capitalismo e do socialismo e da ilusão de que não há outra maneira de pensar, fazer e viver fora desses modelos de sociedade. Esse pensamento é crítico em relação à modernidade, uma vez que advoga, nas palavras dele, em um mundo transmoderno, pluriversal de diálogos horizontais entre os povos, e projetos políticos éticos, pois, [...] argumentar o “não-moderno” requer uma prática de desprendimento e do pensar fronteiriço, para, assim, legitimar que outros futuros mais justos e igualitários possam ser pensados e construídos para além da lógica da colonialidade constitutiva da retórica da modernidade (Mignolo, 2017, p. 25). Segundo analisam Dorado Mendez e Fleck (2022, p. 129),

[...] a prerrogativa da colonialidade do poder consiste no controle hegemônico de todos os âmbitos da experiência humana: a subjetividade, o trabalho, a sexualidade, a produção de conhecimento etc. A opção decolonial a essa forma de vida consiste na interseção de cada um desses âmbitos em busca do equilíbrio nas relações de poder. [...] Mignolo (2000)⁹ denomina a base epistêmica desse tipo de obras como o pensamento fronteiriço. Uma perspectiva epistemológica que surge em espaços de conflito, onde mais do que um contato entre culturas distintas, há um embate de concepções universais.

Nesse sentido, na sessão seguinte, apresentamos a análise de uma narrativa híbrida de história e ficção juvenil brasileira que conjuga as características da vertente historiográfica da nova história, tornando-se assim, um projeto estético decolonial, criado a partir do “pensamento fronteiriço”, uma vez que a perspectiva de narração dos fatos é

⁹ Os autores referem-se ao texto: MIGNOLO, W. *Historia locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ed. Akal, 2003.

a de sujeitos invisibilizados pelo discurso oficial, bem como os atributos da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, Fleck (2017) e, desse modo, adequada para os leitores ainda em formação. Esclarecemos que consideramos narrativas híbridas infantis e juvenis aqueles relatos ficcionais

[...] que mesclam elementos oriundos da história – personagens de extração histórica, que são ficcionalizadas; acontecimentos do passado, que são recuperados como elementos temporais ou espaciais dos relatos; fontes e documentos históricos, que são incorporados aos relatos ficcionais por meio da intertextualidade, entre outros possíveis materiais provenientes do campo da historiografia [...], como ocorre, também, no romance histórico para adultos, segundo Mata Induráin¹⁰ (1995) e Fernández Prieto (2003). Nesses relatos híbridos, a ficção, com sua potencialidade de linguagem conotativa, costuma preencher os espaços vazios deixados pela historiografia tradicional (Santos, 2023, p. 88).

Nesse contexto, estas são produções literárias adequadas às práticas de leituras proporcionadas em sala de aula aos leitores em início de escolarização – integrantes do Ensino Fundamental – que principiam o processo de formação leitora. A mediação do processo de leitura pelo docente, nesse caso, torna-se vital. A leitura que a seguir apresentamos de um exemplar dessas produções críticas híbridas hodiernas pode auxiliar os professores no entendimento tanto da hibridez da escrita quanto do teor crítico decolonial do projeto estético em si.

2 A DESCOBERTA DO NOVO MUNDO (2013), DE MARY DEL PRIORE: UM PROJETO ESTÉTICO DECOLONIAL QUE REVELA O “PENSAMENTO FRONTEIRIÇO”

Na obra híbrida juvenil *A descoberta do Novo Mundo* (2013), de Mary Del Priore, narra-se a história de dois meninos órfãos portugueses, Paulo e Pedro, que chegam ao Brasil sob a tutela da companhia de Jesus, para serem os “meninos-língua”. Essas duas personagens protagonistas, entregues aos padres jesuítas em Portugal, começam uma amizade durante a viagem de navio que os levaria ao “Mundo Novo” para pregar o evangelho aos povos “selvagens”. Os meninos descobrem, ao adentrarem a embarcação, a função que exerceriam e para onde iriam, quando um dos padres assim os adverte: “Silêncio. Iam para a terra de Santa Cruz, também chamada Brasil, explicou ele. Tinham uma missão importante: ser os ‘meninos-língua’” (Del Priore, 2013, p. 12).

¹⁰ O autor, com essa alusão ao teórico, refere-se ao expresso pelo crítico quando este menciona que “*la presencia en la novela histórica de este andamiaje histórico servirá para mostrarnos los modos de vida, las costumbres y, mejor comprensión de aquel ayer [...], todo ese elemento histórico es lo adjetivo, y lo sustantivo es la novela* (Mata Induráin, 1995, p. 18). [Nossa tradução: [...] a presença no romance histórico deste andaime histórico servirá para nos mostrar os modos de vida, os costumes e uma melhor compreensão daquele passado [...], todo esse elemento histórico é o adjetivo, e o substantivo é o romance (Mata Induráin, 1995, p. 18).

O relato, inicialmente, explana sobre a viagem em alto mar, o trabalho forçado a que foram submetidos os meninos dos “santos”, como eram conhecidos os Jesuítas pelos marinheiros que os tratavam com muita rispidez. Como vemos expresso no fragmento a seguir “– Ao trabalho, vagabundos, órfãos de merda, meninos dos Santos!” (Del Priore, 2013, p. 16). Durante a viagem, o narrador expõe, também, sobre as adversidades, como uma tempestade horrível que enfrentavam, quando “um inferno de escuridão desceu sobre o barco. Os mastros balançavam como se fossem quebrar. As velas batiam com estrondo. As adriças esticavam com violência capaz de jogar um homem ao mar. A nau mergulhava de cabeça de depois subia a pique entre duas ondas” (Del Priore, 2013, p. 28). Depois disso veio um período de calma que não deixava a embarcação avançar, causando desespero na tripulação e a desconfiança dos padres de que tudo o que estava ocorrendo era castigo de Deus devido aos horrores cometidos pela tripulação, pois “[...] o barco ia cheio de pecados, dizia o padre” (Del Priore, 2013, p. 29).

Ademais, destaca-se o convívio com os grumetes, “[...] meninos esqueléticos, maltrapilhos e de grandes olhos acesos. [...] A maioria trazia as gengivas pretas e um hálito fétido. Sofriam de escorbuto, doença que, por falta de vitaminas encontradas em frutas, fazia inchar as gengivas e sangrar os dentes” (Del Priore, 2013, p. 21). Esses jovens sofriam todo tipo de humilhação e até mesmo violência sexual dos marinheiros, conforme observamos no excerto abaixo em que o narrador revela o sofrimento desse jovem pertencente à classe baixa de Portugal.

Dias antes, um dos grumetes apareceu com as calças sujas e ensanguentadas. Fora violado por um marinheiro. Não ousou se queixar. Chorou baixinho toda a noite. Não era a dor de um ferimento, de uma queimadura ou de uma pancada. Era uma dor diferente, com a qual ele teria de conviver por muito tempo (Del Priore, 2013, p. 29-30).

É durante a viagem que Pedro e Paulo conhecem a personagem Isabel, uma “órfã da rainha”, escolhida para se casar com algum dos homens do rei na Terra de Santa Cruz. É ela quem esclarece aos meninos tudo sobre a nova terra em que iriam aportar. Isabel assinala que o nome Terra de Santa Cruz não foi escolhido por acaso,

[...] representava a luta de Portugal contra os infiéis, os bárbaros e os selvagens. Era a guerra do Bem contra o Mal. Uma nova Cruzada. Mas também representava o martírio de Cristo. A cruz era o símbolo pelo qual os homens se livravam do Diabo. Até os degredados que vinham no porão, seguiam para lá para se purificar. Cumprir pena em lugar tão difícil servia para limpar os pecados que tinham cometido. Por meio de trabalho e sofrimento, os homens se livravam da tirania do demônio. Santa Cruz era um Purgatório (Del Priore, 2013, p. 35).

O relato da voz enunciativa heterodiegética, no papel de um narrador que enuncia em nível extradiegético – que não faz parte do universo diegético – que oferece os conhecimentos que a personagem Isabel possui sobre a colônia, manifesta, de forma contundente, como os povos originários eram vistos pelos colonizadores, infiéis, bárbaros e selvagens. Além de os alocar na posição de demônios, representantes do mal na terra que deveriam ser salvos pelos enviados de Deus e justificar o trabalho forçado e o sofrimento causado aos degredados como uma maneira deles serem purificados.

Quando desembarcam no território da colônia, os meninos vivenciam o sofrimento dos negros escravizados, que, ao “menor sinal de cansaço ou qualquer tentativa de conversa era interrompido pela voz do senhor: “ao trabalho”. E seguia-se um zunido de chicote” (Del Priore, 2013, p. 56). Os protagonistas continuam sendo tratados com rudeza pelos padres jesuítas e logo compreendem que: “Na Terra de Santa Cruz a natureza era rica. Mas a gente, paupérrima. Mais pobre do que eles, em seus vilarejos no interior de Portugal. O que significava que só trabalhariam. Seriam, disse Paulo a Pedro, uma espécie de escravos brancos” (Del Priore, 2013, p. 59).

Na sequência, os meninos enfrentam os perigos da mata e a dificuldade em entender a língua dos nativos. No entanto, em pouco tempo de vivência com os povos originários, os “meninos-língua” acostumam-se com os novos hábitos de vida, conhecem outras tribos, seus costumes, as cerimônias religiosas e passam a entender

[...] que os gentios nada tinham de lobos ou demônios. Eram apenas diferentes. Longe das feras descritas pelos portugueses, eram alegres e generosos. E tudo lhes impressionava: adultos não batiam em crianças. Os homens ajudavam suas mulheres à dar à luz. Tudo o que se caçasse ou pescasse era dividido. Se houvesse o que comer, ninguém passava fome. As refeições eram feitas em conjunto, permitindo brincadeiras e risadas (Del Priore, 2013, p. 76).

Com excertos como esse, a literatura híbrida ilustra muito bem o modelo de sociedade dos autóctones, baseada no bem comum, e, com isso aclara aos leitores, que o discurso usado pelos colonizadores para justificar a invasão, o de que eram bárbaros, incivilizados que necessitavam da presença de uma sociedade mais evoluída para os conduzir, cai por terra. Mais uma vez vemos a ficção apresentando novos contornos para o processo de invasão das terras do continente americano, ao expô-lo pela perspectiva de alguém que estava convivendo com o outro lado do conflito e trazendo a versão dos vencidos, a qual não figura nos estudos historiográficos tradicionais.

A adoção, pelo narrador, da perspectiva de narração dos fatos pela ótica de personagens invisibilizadas ou mesmo ausentes, do discurso oficial, vincula a narrativa de Del Priore, aos preceitos dos estudos historiográficos da história “vista de baixo”, proposto por Sharpe (1992), uma das ramificações da história nova. No relato, ocorre a inversão da perspectiva a partir do que a nova história cita como versão “vista de baixo” (Sharpe, 1992), ao privilegiar perspectivas de personagens que ficaram à margem no discurso oficializado. Segundo o autor, a abordagem da história “vista de baixo” tem a função de

[...] servir como um corretivo à história da elite. [...] Oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história (Sharpe, 1992, p. 30-31).

Dessa forma, a autora não tenta desconstruir as personagens consagradas pela escrita anterior da história, mas, de forma sutil, busca revelar a subjetividade dos colonizados e penetrar no pavimento das suas sensibilidades, apontando para os seus

costumes e tradições. Com isso, problematiza estereótipos que os apresentam como selvagens e sanguinários nas escritas dos colonizadores. Essa peculiaridade da tessitura híbrida juvenil ajusta-se, pois, àquilo que Fleck (2017) expressa como inerente às escritas críticas da modalidade do romance histórico de mediação: ao invés da desconstrução de discursos e personagens exaltadas na historiografia tradicional, busca-se, nas expressões críticas/mediadoras, a manifestação de outras vozes, outros olhares e outras vivências dos fatos consignados nos anais da história.

Constatamos, assim, que o foco narrativo não está fixado nos grandes heróis já consagrados pela história, mas sobre dois personagens configurados como meninos órfãos que vieram de Portugal para serem “línguas” [tradutores] aqui no Brasil e que se tornam os protagonistas da diegese ao lado de outras personagens consagradas historicamente. A partir das vivências das personagens protagonistas – adolescentes órfãos trazidos de Portugal para auxiliar no processo colonialista –, os sentimentos relatados, bem como seus discursos materializados no relato híbrido, a respeito dos acontecimentos daquele período histórico, ambientam o leitor sobre a atmosfera que reinava nesse espaço, que era a disputa pela posse da terra entre portugueses e franceses, cada qual buscando aliados entre as tribos da região para tentar ocupar o território. Como vemos nesse excerto:

Vestidos com as vistosas plumagens dos guarás, aves de penas vermelhas, os tamoios eram temidos por praticar antropofagia e atacar sistematicamente os portugueses em São Vicente ou em São Paulo de Piratininga, onde Nóbrega havia fundado uma vila com um colégio Jesuíta, em 1554. Os franceses se encarregaram de armar os índios para o confronto, pois lhes interessava eliminar os portugueses da região (Del Priore, 2013, p. 100).

O clima acirrado entre portugueses e franceses incentivava a violência e a batalha entre as tribos, no intuito de escravizar os perdedores, e a consequência dessa luta por uma terra que a nenhum deles pertencia, “foi o fim dos franceses, de muitas tribos e de muitas vidas. Foi também o fim da adolescência dos três amigos. A experiência tinha moldado o caráter de todos” (Del Priore, 2013, p. 101). Essa descrição do narrador projeta ao leitor o ambiente de muita instabilidade, confrontação, crueldade a que foram submetidos os atores desse processo movido pelo desejo de poder e riqueza a qualquer custo.

Durante a sua tessitura, a autora traz diálogos que retomam o discurso historiográfico, como podemos observar no fragmento abaixo:

Foi o fim do forte Coligny, mas não da presença francesa no Rio de Janeiro. Muitos “mair” embrenharam-se na mata, de onde voltavam para manter contato com as naus que continuavam a piratear o pau-brasil. Somente cinco anos depois, em março de 1565, uma expedição comandada pelo sobrinho de Mem de Sá, Estácio de Sá, os expulsou definitivamente (Del Priore, 2013, p. 99).

No trecho apresentado, a autora relata sobre a expulsão dos franceses, em meados do século XVI, pelos portugueses, com todos os detalhes de nomes das personagens de extração histórica que comandaram essas ações (Mem de Sá e Estácio de Sá) e as datas

nas quais os acontecimentos históricos inseridos na diegese ocorreram (1560 e 1565), contribuindo, assim, para o conhecimento histórico dos leitores. Na ficção, isso foi possível, graças à atuação dos protagonistas, como é possível observar nos fragmentos da obra a seguir: “Pedro ofereceu-se para nadar até a ilha e detonar o paiol de munição. A ideia foi recebida com entusiasmo” (Del Priore, 2013, p. 95); “Rezou-se uma missa e os que demonstraram coragem foram feitos cavaleiros. Entre eles, os dois jovens “língua”. “Ontem miseráveis, agora, ricos” (Del Priore, 2013, p. 96); “De volta [Pedro e Paulo] ao Rio de Janeiro, donos de sesmarias, podiam explorar escravos e plantar cana-de-açúcar. Mas não... preferiram explorar o mundo e viver novas aventuras” (Del Priore, 2013, p. 103).

Além de se aproximar do romance histórico contemporâneo de mediação, descrito por Fleck (2017), no qual as narrativas “antes da desconstrução de heróis consagrados e suas ações, elas buscam por personagens históricas periféricas, marginalizadas ou excluídas – ou metonímias destas –, a fim de representar perspectivas silenciadas e negligenciadas pela historiografia (Fleck, 2017, p. 105), há, no relato híbrido de Del Priore, uma clara filiação à história “vista de baixo”.

Outra característica que vincula a narrativa de Del Priore com o romance histórico de mediação é a releitura crítica verossímil do passado. Isso fica manifesto na ficção pelo emprego de personagens de extração histórica como, o governador Mem de Sá, Nicolas Durand de Villegagnon, João Cointa, senhor de Bolés, padre Anchieta, padre Manoel da Nóbrega entre outros, bem como as personagens metonímicas (Pedro, Paulo e Isabel), que, embora sejam puramente ficcionais, representam um contingente de sujeitos citados pelo discurso historiográfico: os meninos língua e as órfãs da rainha¹¹.

Como exemplo dessa última categoria de personagens, aparecem nessa diegese os “meninos língua”, cuja existência é citada pelo discurso historiográfico. A autora os faz vivenciar, na colônia do Brasil, uma série de aventuras contextualizadas por acontecimentos que, também, contam com o aval da historiografia, como, por exemplo, o ataque ao forte Coligny¹², na ilha de Serigipe – Rio de Janeiro – construído pelos franceses. A batalha ocorreu entre franceses e portugueses em 15 de março de 1560. Com isso, a autora constrói os pressupostos da verossimilhança em sua versão híbrida, conforme se observa no trecho abaixo destacado:

Um chefe naval muito conhecido, Nicolas Durand de Villegagnon, foi incumbido pelo rei da França de construir ali um forte e depois fundar uma cidade. Sua coragem e valentia eram

¹¹ Esse contingente de mulheres brancas enviadas da Europa América para aqui implementar a pureza da etnia e a constituição de famílias cristãs na colônia, recomendamos a leitura da dissertação *A inserção da mulher europeia na conquista do “Novo Mundo” – perspectivas literárias* (2017) – Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3471> – e da tese *As Órfãs da Rainha – The Jamestown Brides – Les Filles du Roi: ressignificações literárias dos projetos de inserção da mulher branca na América* (2023) – disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6529> – ambos estudos de Beatrice Uber.

¹² Para melhor compreensão dessa batalha, recomendamos a leitura do artigo intitulado “Villegagnon: herói ou vilão? de Vasco Mariz (2008)” Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/BtKzSTDnZhC5YjmV89hP3PG/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2021.

reconhecidas em toda a parte. Ele era ao mesmo tempo soldado, marinheiro, advogado, diplomata e filósofo. Sob suas ordens e com o apoio dos Tamoiros, a construção do forte Coligipe, na ilha de Serigipe, começou em 1556 (Del Priore, 2013, p. 87).

Como podemos ver, a autora não só menciona, mas detalha ao leitor o contexto no qual o seu relato híbrido está inserido. Dados específicos como datas e nomes, constantes dos anais da história, são o recurso empregado na ficção nesse intento de construir uma versão “plausível” do passado colonial brasileiro, espaço geo-histórico e social e, também, ambiente no qual as personagens ficcionais atuam.

Desse modo, num discurso informativo, o relato ficcional vai gerando no leitor a sensação de estar frente a um discurso cujos enunciados poderiam, de fato, ter acontecido. Segundo Uber e Oliveira (2020, p. 375), “a literatura híbrida de história e ficção se aproveita, em várias de suas modalidades, da verossimilhança para criar, nesse seu espaço imaginário, aquilo que a história não quis ou não pôde revelar por diversos motivos ao seu leitor/ouvinte”. Para tanto, a autora utiliza dessa estratégia escritural (a verossimilhança) para apresentar as personagens de extração histórica como Mem de Sá¹³ (1500-1572), Duarte Coelho¹⁴ (1485-1554) entre outros, agindo ao lado de outras configurações puramente ficcionais, nas quais repousa o protagonismo das ações ficcionais.

Nessa obra, a autora apresenta, ainda, mais uma personagem metonímica, ou seja, uma configuração que engloba as características de toda uma coletividade. Trata-se da personagem Isabel, que representa as “órfãs da Rainha”¹⁵ que, pela narrativa oficial, ecoada pelo colonizador, compõe o grupo de “[...] filhas, netas, irmãs e sobrinhas de homens que tivessem morrido a serviço da coroa. Eram escolhidas no Reino e não só

¹³ Mem de Sá foi designado pela rainha dona Catarina como o terceiro governador-geral do Brasil e, em janeiro de 1558, assumiu o governo. Encontrou, ao chegar, uma situação política difícil, com a irrupção de vários levantes indígenas. Entre seus feitos mais notáveis está a expulsão dos franceses do Brasil, que tentavam se estabelecer em vários pontos do litoral. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/biografias/memdesa/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

¹⁴ Duarte Coelho foi um navegador, fidalgo e militar português. Foi Donatário da Capitania de Pernambuco. Iniciou a colonização em 1535 e fez de Pernambuco a capitania mais rica do país. Disponível em: https://www.ebiografia.com/duarte_coelho/. Acesso em: 05 jul. 2021.

¹⁵ São conhecidas como “Órfãs da rainha”, na historiografia, jovens portuguesas, órfãs de pais que se dedicaram à coroa nos empreendimentos marítimos e colonizadores monárquicos, as quais eram enviadas às colônias portuguesas para, nelas, constituírem famílias cristãs e gerarem ali os descendentes brancos, herdeiros das posses dos colonizadores nas terras além-mar. Para maiores informações sobre esse tópico, recomendamos, além da dissertação e da tese de Beatrice Uber, já mencionadas, os artigos: “Mulheres na colonização brasileira: releituras ficcionais por um prisma feminino – a criticidade do romance histórico contemporâneo de mediação” (UBER; OLIVEIRA, 2020); disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/9053>. Acesso em: 02 Mar. 2022; “Construção da memória coletiva pela literatura: mulheres na América.” (UBER; DEL POZO GONZÁLEZ; RODHE, 2020), Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1756>. Acesso em: 02 mar. 2022; e “As “órfãs da rainha” em *Desmundo* (1996): do discurso histórico para o ficcional.” (UBER; FLECK, 2019), disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/4917 Acesso em: 02. Mar. 2022.

recompensadas com dotes no além-mar, como também de atribuição de postos de menor importância na burocracia do império aos seus futuros maridos [...]” (Almeida, 2003, p. 157).

Na diegese de Del Priore (2013), a personagem Isabel – metonímia das “Órfãs da rainha” – é uma jovem destemida e corajosa, que demonstra conhecer muito sobre como era a vida na colônia, pois oferece aos meninos “língua”, ainda a bordo, diversas informações sobre os habitantes, os mandatários e os costumes que iriam encontrar ao aportar no Brasil, como podemos observar nesse excerto em que a menina expõe sobre a divisão das terras em capitânias hereditárias:

A foz do rio Macaé marcava o limite das capitânias do sul. Eram quatro, mas só uma foi ocupada: São Vicente. Todas pertenciam a primos de Tomé de Souza. Martim Afonso ganhara o lote do Rio de Janeiro, que ia da foz do rio Macaé à baía de Caraguatubá. Dali até o canal de Bertioga ficava a pequena capitania de Santo Amaro, que pertencia a Pero Lopes, irmão mais moço de Martim Afonso. Deste limite até a ilha do Mel, outra capitania, a de São Vicente, pertencia ao mesmo Martim Afonso. E desta até Laguna, ficava a capitania de Santana: isolada abandonada, além de estar em território pertencente à Espanha. Isabel lembrou algo que todos tinham esquecido: segundo o tratado de Tordesilhas, assinado entre as coroas ibéricas, em 1494, as possessões portuguesas terminavam em Cananeia (Del Priore, 2013, p. 47- 48).

Se pensarmos nas condições existenciais reais dessas jovens, enviadas às colônias portuguesas, não nos é difícil de concluir que tantos e tão detalhados conhecimentos sobre a geografia, a política e outras áreas referentes às terras às quais estavam destinadas não é plausível. Del Priore (2013), na sua produção destinada ao público juvenil, configura uma personagem metonímica das “Órfãs da rainha” com uma dimensão de conhecimento que extrapola qualquer possível verossimilhança, bem ao contrário do que faz, por exemplo, a romancista Ana Miranda, ao abordar a mesma temática das “Órfãs da rainha”, no romance histórico *Desmundo* (1996)¹⁶, destinado ao público adulto.

Nesse romance de Miranda (1996) relata-se a trajetória da personagem Oribela de Mendo Curvo – também configurada como personagem metonímica das “Órfãs da rainha” – numa configuração que apresenta um total desconhecimento da realidade da colônia. Assim, ela atravessa o Atlântico iludida com as promessas da corte de na colônia encontrar um bom marido e uma boa acolhida, quando, na sequência das ações da diegese, toda essa fantasia é rompida e a personagem sofre as agruras do “desmundo”.

Nesse sentido, vemos a inserção dessa personagem, Isabel – que possui vastos e detalhados conhecimentos sobre a história da colonização portuguesa no Brasil –, na obra juvenil como uma estratégia que se volta à presença de um autor implícito no texto, ou seja, o *alter ego*¹⁷ da autora que é, também, historiadora. Conforme nos esclarece Booth

¹⁶ Recomendamos não somente a leitura desse romance de Ana Miranda (1996) como também o estudo sobre ele realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização” realizado pela integrante Beatrice Uber, cujo link de acesso ao estudo já disponibilizamos anteriormente.

¹⁷ *Alter ego* é uma locução substantiva com origem no latim “alter” (outro) e “ego” (eu) cujo significado literal é “o outro eu”. A expressão *alter ego* é uma outra personalidade de uma mesma pessoa, podendo ser

(1980), o narrar, assim como qualquer outro discurso literário, é isento de objetividade e imparcialidade, podendo, nesse caso, aderir-se à ideologia e ao universo cultural do próprio autor de forma mais explícita.

De acordo com Booth (1980), o autor implícito é uma categoria intermediária, uma imagem do autor real que cria uma voz narrativa para o representar. Ao apresentar essa personagem, Isabel, uma jovem empoderada, com muitos conhecimentos, bem diferente das mulheres passivas do século XVI, a autora a coloca em posição de igualdade com os homens, aproximando essa configuração ao relato das lutas pela igualdade de gênero na contemporaneidade, um processo do qual ela mesma faz parte.

Umberto Eco (1994) nomeia essa ocorrência como o “autor-modelo”, ou seja, uma voz que fala ao leitor, também “modelo”, no intuito de aproximação. Segundo esse autor, “essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo” (Eco, 1994, p. 21).

Essas estratégias também são definidas, por estudiosos da estética da recepção, como o estilo do autor, todavia essa entidade age em consonância com o leitor-modelo, o qual, de acordo com Eco (1994, p. 15), “é uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar.” Dessa forma, compreendemos o jogo narrativo, criado por meio das pistas deixadas pelo autor para alcançar os efeitos de sentido por ele pretendido no momento da criação da obra, tendo em mente o leitor ideal para sua obra, aquele atento e participativo, o qual, seguindo essas pistas, consegue atingir um nível de significação além do aparente.

Outras personagens de extração histórica, citadas na narrativa de Del Priore, são alguns padres jesuítas, como, por exemplo, o padre Nóbrega. Essa congregação cristã esteve presente desde as primeiras incursões dos colonizadores em terras brasileiras. Segundo o relato do narrador, Nóbrega, um dos primeiros padres jesuítas que aqui aportaram, discutia com o governador o que fariam com os indígenas que não aceitassem a conversão para a religião cristã, conforme é possível observar no excerto a seguir:

Para sorte dos jesuítas, Nóbrega e Mem de Sá tinham se tornado grandes amigos. Prometeram que cuidariam bem dos selvagens que quisessem se converter. Os outros, rebeldes que resistissem, seriam amarrados às bocas de canhões, depois explodidos. Ou caçados e mortos a tiros de bacamarte. Como animais! (Del Priore, 2013, p. 59).

Desse excerto, é possível compreender como ocorreu o extermínio de boa parte da população autóctone naquele período, uma vez que o narrador deixa claro em seu discurso que não havia escolha aos nativos, ou aceitavam a imposição da fé cristã dos colonizadores ou eram mortos de forma cruel. Mais uma vez observamos a literatura contribuindo para desvelar aos leitores em formação os conflitos que ocorreram, as barbáries cometidas pelos colonizadores em nome da imposição da sua religião como a única “verdadeira”.

um amigo ou alguém próximo em que se deposita total confiança. Na Literatura, o *alter ego* significa a identidade oculta de uma personagem, que pode ser, também, uma estratégia usada pelo autor do relato para se revelar, indiretamente, aos leitores. Disponível em: <https://www.significados.com.br/alter-ego/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Seguindo a leitura da obra, observamos nela o emprego de uma linguagem de fácil entendimento aos leitores juvenis, estudantes das séries finais do Ensino Fundamental. Ainda, em vários momentos, a autora busca estratégias linguísticas para deixar palavras ou expressões mais claras aos leitores da obra, utilizando-se de apostos explicativos como, por exemplo, no fragmento que segue: “[...] alguns tocavam pandeiros e dançavam galhofa, um ritmo dos portugueses” (Del Priore, 2013, p. 32-33), “[...] Se viam uma índia nua, corriam para vesti-la com a tipoia, um saco de algodão com aberturas para a cabeça e os braços” (Del Priore, 2013, p. 43). O emprego da estratégia da metalinguagem – a linguagem que se refere à própria linguagem, como ocorre nos dicionários – potencializa o conhecimento linguístico dos estudantes porque permite ao narrador a utilização de um vocabulário não pertencente ao senso comum, mas que, pela estratégia de explicar ao leitor o seu significado – metalinguagem – enriquece o conhecimento do leitor.

Outras palavras chamam-nos a atenção pela proximidade do léxico com expressões contemporâneas, como: “Pipocavam informações” (Del Priore, 2013, p. 71), e “Outras formas de entorpecentes também eram usadas” (Del Priore, 2013, p. 82). Essas inserções são estratégias de interferência e aproximação do narrador com seu leitor, as quais servem como dicas para auxiliar no seu processo de leitura, inclusive, para os leitores ainda em formação. Esse tratamento linguístico dado a termos que possam ser estranhos à realidade hodierna auxilia os jovens leitores a perseverarem na leitura, a se identificarem com o manejo da linguagem e enriquecerem seu próprio vocabulário.

Outro recurso escritural é o emprego das estratégias escriturais bakhtinianas, como a heteroglossia presente na voz do narrador como, também, quando o narrador cede a palavra às personagens. Esse uso de diferentes níveis de linguagem por meio do qual as personagens se expressam, revelando, entre outros aspectos, a sua vinculação a certos grupos sociais, e por meio da qual as suas vozes enunciam suas falas é decorrência, também, da presença de múltiplas vozes na tessitura do relato, ou seja, da polifonia.

Assim, a diegese se desenvolve por meio de um discurso polifônico e heteroglóstico, como podemos constatar no trecho a seguir – “No fundo, ia-se travar uma guerra santa” (Del Priore, 2013, p. 91) –, em que verificamos a presença do discurso religioso, como, também, com a utilização de expressões pertencentes ao vocabulário e o modo de falar dos autóctones – “O xamã trouxe o vasilhame de cauim para fora da maloca para que os ancestrais pudessem beber também” (Del Priore, 2013, p. 82). Ainda nas falas diretas das personagens, como observamos nesse fragmento em que um marinheiro esbraveja: “- Ao trabalho, vagabundos, órfãos de merda, meninos dos santos!” (Del Priore, 2013, p. 16). Ou em blasfêmias proferidas por agricultores por conta das fortes chuvas, que foram presos devido as ofensas à religião cristã. “Agora, o caralho de Jesus Cristo mija sobre mim!” (Del Priore, 2013, p. 24). E, ainda, na fala do capitão, que ao leme gritava: “Vai fideputa Conceição!” (Del Priore, 2013, p. 30).

A utilização de um léxico variado – ora ameno ora mais erudito ou, ainda, mais heteroglóstico – é uma característica presente nas produções latino-americanas inseridas no contexto da nova narrativa latino-americana que atua como reação ao culto de “unidade e pureza” (Santiago, 2000), imposto pelos colonizadores, e ao discurso monológico do colonizador europeu – único a registrar por escrito, em documentos e

fontes, a sua versão do presente vivido pelas personagens do relato de Del Priore (2013). Essa linguagem, capaz de perpetrar uma “fatualidade” sobre o passado, dominada, à época, apenas pela parcela colonizadora do nosso continente, hoje, segue outra característica: a da mestiçagem cultural criadora, pois

*[...] es sobre la base de ese mestizaje fecundo y poderoso donde puede afirmarse la personalidad de la América Hispana, su originalidad y su tarea creadora. Con todo lo que le llega del pasado y del presente, puede la América Hispana definir un nuevo tiempo, un nuevo rumbo y un nuevo lenguaje para la expresión del hombre, sin forzar ni adulterar lo más constante y valioso de su colectivo que es su aptitud para el mestizaje viviente y creador*¹⁸ (Uslar Pietri, 1990, p. 357).

Tais estratégias são empregadas com sua máxima potencialidade nas obras produzidas no contexto hispano-americano do começo da nova narrativa latino-americana – especialmente no *boom* – e o seu experimentalismo linguístico, destacado nos pressupostos de Fleck (2017), ao se privilegiar nelas a heteroglossia, os neologismos, o barroquismo, as deturpações morfossintáticas, entre outras características de uma linguagem experimental que caracteriza profundamente a produção da nova narrativa latino-americana desde seu princípio. Desse modo, o espaço da literatura híbrida de história e ficção acolhe os diferentes discursos, deixa-os dialogar na tessitura dos diversos relatos, nas diferentes modalidades de suas expressões e, assim, apresenta-os ao leitor, sem prévios julgamentos ou juízos de valor. Nesse sentido, é importante destacar que

[...] não se forma um leitor decolonial, um sujeito ciente de seu passado colonialista, por meio de estratégias de silenciamento, de ocultação e de romantização de nosso passado, como ocorre nos discursos canônicos, oficializados. O leitor decolonial precisa se defrontar com a essência do colonialismo, sem ser “poupado” da realidade, sem ser ludibriado por enunciados científicos, literários ou didáticos que tratam os sujeitos leitores como incapazes de processar os significados, as causas e as consequências desse período histórico para a contemporaneidade (Fleck, 2023, p. 24).

É nessa perspectiva de uma formação leitora literária decolonial que recomendamos as leituras das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras para, por meio da inserção dessas textualidades na prática leitora de sala de aula, dar início à formação desses leitores que podem, de fato, exercer, no futuro, uma cidadania descolonizada. Tais obras híbridas tem o potencial para descolonizar as mentes, as identidades e o imaginário dos leitores em formação na América Latina, levando-os à implementação do pensamento decolonial.

¹⁸ Nossa tradução: É com base nessa mestiçagem fértil e poderosa que se pode afirmar a personalidade da América Hispânica, sua originalidade e sua tarefa criativa. Com tudo o que lhe vem do passado e do presente, a América Hispânica pode definir um novo tempo, uma nova direção e uma nova linguagem para a expressão do homem, sem forçar ou adulterar o mais constante e valioso de seu coletivo, que é sua aptidão para a mestiçagem viva e criativa (Uslar Pietri, 1990, p. 357).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra analisada, observamos a opção da autora Mari Del Priore em apresentar os fatos sobre o início da colonização do Brasil, a partir da perspectiva de personagens invisibilizados pelo discurso historiográfico tradicional, propondo, assim, ao leitor um projeto estético literário decolonial. Nesse relato híbrido juvenil temos a configuração de dois personagens, meninos órfãos portugueses, trazidos à força para o Brasil, a fim de auxiliar no processo de colonização, por meio da facilitação da comunicação com os indígenas, e uma garota configurada como “Órfã da rainha”. Desse modo, compreendemos que essa narrativa oferece olhares outros sobre esse período histórico, uma vez que, invertendo a posição do observador, promove-se novos ângulos e, conseqüentemente, novas interpretações. Dá-se, assim, no processo de leitura e de formação do leitor abertura às “inesperadas iluminações” (Milton, 1992, p. 183) da literatura à história com possibilidades de incentivo ao “giro decolonial”, ou seja [...] *la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia*¹⁹ (Mignolo, 2007, p. 29-30).

O primeiro ponto essencial e necessário às práticas decoloniais é o reconhecimento da colonização/colonialidade, ou seja, a compreensão de que isso se trata, também, de “uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (Mignolo, 2017, p. 2) p. 24). Propósito que se pode atingir com a prática de leituras híbridas de história e ficção infantis e juvenis desde o início da formação leitora nas escolas públicas brasileiras, como aqui neste texto demonstramos pela leitura da obra de Del Priore (2013).

Acreditamos que a formação de leitores decoloniais, aqueles sujeitos, segundo Fleck (2023), que são leitores literários, mas além disso, compreendem os meandros que envolveram nosso passado de subjugação aos europeus, já no Ensino Fundamental, a partir da exploração, em sala de aula, de narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis que possuam esse viés crítico das “escritas fronteiriças”, pode transformar, mesmo que a longo prazo, a sociedade em que vivemos, operando contextos de superação das grandes desigualdades sociais que assolam os países antes colonizados. Nesses espaços sócio-históricos muitas das premissas colonialistas – como o racismo, o machismo, o patriarcalismo, a inferiorização de gênero, as questões religiosas, entre outros – seguem sendo cultivadas e cultuadas por muitos setores e segmentos das atuais sociedades latino-americanas.

¹⁹ Nossa tradução: [...] a abertura e a liberdade do pensamento e de formas de vida-otras (economias-otras, teorias políticas-otras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia (Mignolo, 2007, p. 29-30).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI – Interfaces Vol. 9 n. 1 (março 2018) 85 XVIII*. 2003. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- BOOTH, Wayne. *A retórica da ficção*. Tradução de Maria Teresa H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo, SP: UNESP, 1992.
- DEL PRIORE, Mary. *A descoberta do novo mundo*. São Paulo: Planeta, 2013.
- DORADO MÉNDEZ, H E; FLECK, G F. Projetos decoloniais na América Latina: o romance histórico latino-americano e a dupla descolonização epistemológica. *Nova Revista Amazônica*, vol. 10, n. 1, jun. 2022, pp. 125- 139.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- FLECK, Gilmei Francisco. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017.
- FLECK, Gilmei Francisco. Leituras de narrativas híbridas de história e ficção: A formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental – vias à descolonização. In: FLECK, Gilmei Francisco; CORBARI, Clarice Cristina. (Orgs.). *Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 13-61.
- GARCÍA GUAL, Carlos. *Apología de la novela histórica y otros ensayos*. Barcelona: Península, 2002.
- GROSFUGUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, núm. 4, enero-junio, 2006, p. 17-46.
- MENTON, Seymor. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Tradução de Sílvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MILTON, Heloisa Costa. *As histórias da história: retratos literários de Cristóvão Colombo*. 1992. 189 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, 1992.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Sociedad y Política, Ediciones, Lima, 1988.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

UBER, Beatrice.; OLIVEIRA, Patrícia. *Mulheres na colonização brasileira: releituras ficcionais por um prisma feminino – a criticidade do romance histórico contemporâneo de mediação em Revista EntreLetras (Online)*. Araguaína, Brasil. v.11, 374-399, 2020.

USLAR PIETRI, Arturo. El mestizaje y el nuevo mundo. In: USLAR PIETRI, Arturo. *Cuarenta ensayos*. Caracas: Monte Avila Editores, 1990. p. 345-357.

VILLI, Tairon. *A ficção do indizível: historiografia indisciplinada e memória das ditaduras militares na América do Sul*. 2023. 221f. (Tese de Doutorado em história). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Curitiba, 2023.